



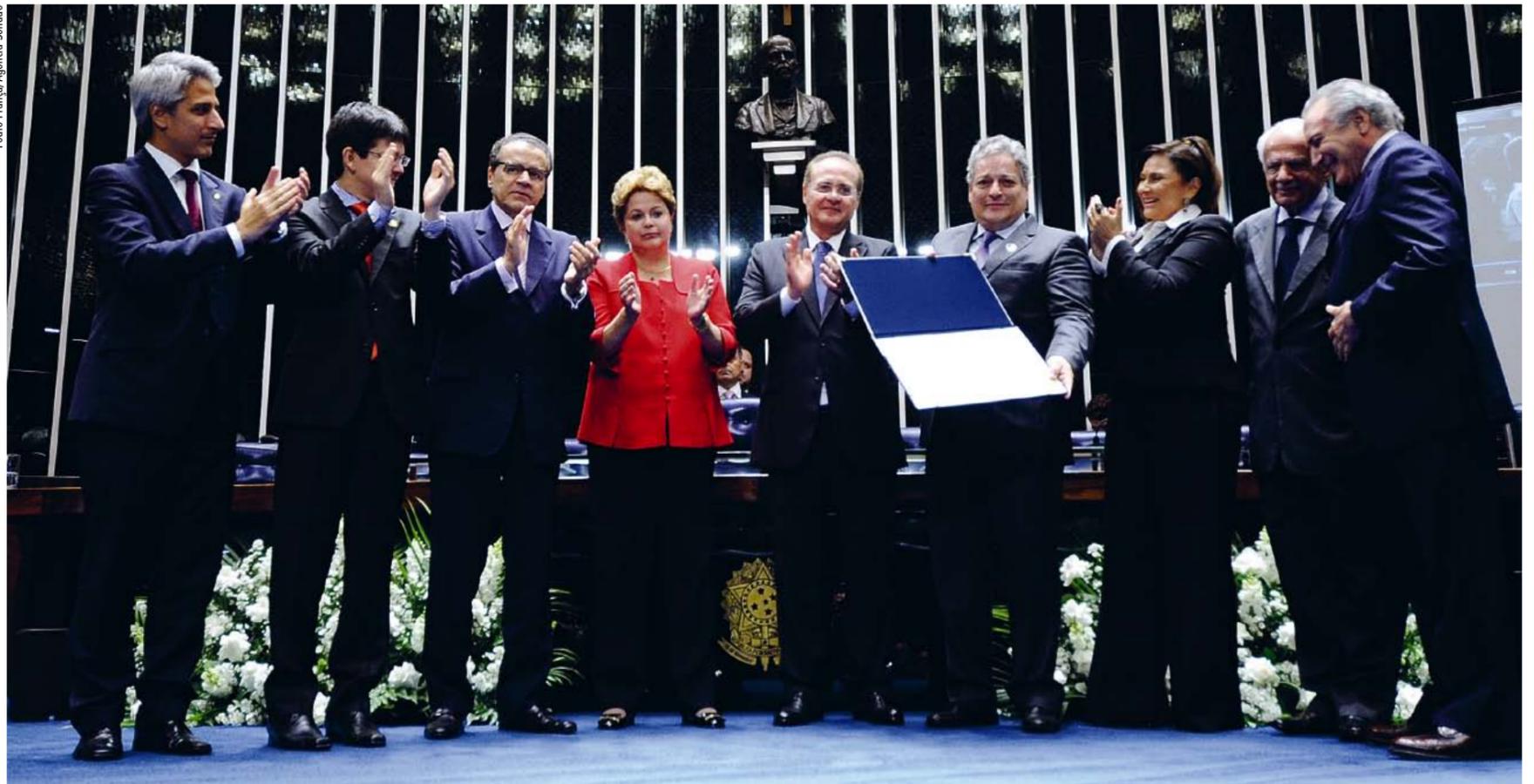
## Senado devolve ao Tesouro R\$ 275 milhões economizados

Presidente da Casa, Renan Calheiros, enviou carta a Dilma Rousseff recomendando a aplicação dos recursos em programas sociais do governo

**R**enan disse que o dinheiro poupado em 2013 é suficiente para construir 180 creches ou fazer o pagamento anual de 241 mil bolsas-família. Os recursos são

resultado do programa de racionalização administrativa adotado pela Comissão Diretora. O senador lembrou várias medidas, como o fim do 14º e 15º salários

dos parlamentares e a extinção de funções comissionadas. Também destacou as ações para ampliar a transparência e o alcance social das propostas aprovadas no ano. **2 e 3**



Senadores Randolfe (2º à esq.), Simon (2º à dir) e o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao lado da presidente Dilma, entregam simbolicamente o mandato de Jango ao filho dele, João Vicente Goulart

## Congresso restitui mandato a ex-presidente João Goulart

Após 49 anos, o Congresso devolveu simbolicamente ontem o mandato de João Goulart. Em sessão com presença de Dilma Rousseff, presidentes

do Senado e da Câmara pediram desculpas à família de Jango pela deposição dele do cargo, definida em sessão do Congresso que declarou vaga

a Presidência em abril de 1964. Filho de Jango disse que golpe não foi contra o ex-presidente, mas contra as reformas propostas. **6 e 7**

**Congresso aprova mais de R\$ 1 bi em crédito extra** **4**

**Plano de Educação dá 10% do PIB ao setor** **9**

**Regras sobre tecnologia e ciência serão atualizadas** **11**

Valdemir Barreto/Agência Senado



**Vítima de doença rara, senador João Ribeiro morre aos 59 anos**

Depois de dois transplantes de medula e de várias internações, João Ribeiro não resistiu às complicações da síndrome mielodisplásica hiperfibrótica e faleceu ontem no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, em razão de um acidente vascular cerebral. **10**

João Ribeiro em 2011, ao celebrar, com discurso em Plenário, o aniversário de criação do estado do Tocantins

**Embratur teme que corte no Orçamento afete turismo** **5**

**Requião aposta em integração sul-americana via Parlasul** **8**

**Conselheiro tutelar deverá receber capacitação** **12**

Medidas como a eliminação do 14º e do 15º salários dos parlamentares, a extinção de funções comissionadas e a redução de mão de obra terceirizada permitiram à Casa devolver recursos à União

Mônica Moritz/Agência Senado



Presidente do Senado enviou carta a Dilma Rousseff comunicando a devolução dos recursos aos cofres da União

## Senado anuncia economia de R\$ 275 milhões em 2013

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, informou ontem que o programa de racionalização interna desenvolvido pela Comissão Diretora resultou em economia de R\$ 275 milhões em 2013. Renan Calheiros disse que enviou correspondência à Presidência da República e ao Ministério do Planejamento comunicando a devolução dos recursos e sugerindo a aplicação em programas sociais.

— Os recursos que ora desenvolvemos são suficientes para a construção de 180 creches ou para o pagamento anual de 241 mil bolsas-família — disse.

### Economia

O presidente destacou as principais providências que levaram à redução dos gastos, como a eliminação do 14º e do 15º salários dos parlamentares, a extinção de funções comissionadas e a redução

de mão de obra terceirizada, além da jornada corrida de sete horas para os servidores.

— A alteração [da jornada] resultou em maior disponibilidade de servidores e maior eficiência na prestação de serviços. Cinquenta mil horas foram adicionadas à jornada anual, evitando novas contratações, o que implicará uma economia substancial no biênio — afirmou.

Renan Calheiros citou também a extinção de cargos, diretorias e secretarias e a fusão de estruturas administrativas. Ele destacou a eliminação do que classificou de privilégios da Casa, como o serviço médico, que teve profissionais e equipamentos transferidos para o SUS.

Renan ainda anunciou economia de R\$ 1,7 milhão nos gastos com diárias e passagens, que, segundo ele, devem continuar a ser reduzidas. O

senador sublinhou que foi criado um grupo para mudar critérios de aquisição, porque continua a haver discrepância entre os preços pagos pelo Senado e os oferecidos pelas companhias aéreas.

### Nomeações

Ele destacou ainda que, em razão dessa economia, o Senado terá condições de chamar novos concursados e fazer investimentos na estrutura da Casa, onde há maior demanda, como na modernização das comissões permanentes, do Prodasen e também do Plenário da Casa.

O senador acrescentou que em 2014 a administração da Casa será centralizada nas instalações do antigo serviço médico do Senado.

— Não vamos construir, nós vamos readequar e centralizar a administração da Casa — disse.

## Transparência foi uma das marcas do ano

Ao fazer o balanço da atuação do Senado em 2013, o presidente da Casa, Renan Calheiros, ressaltou as ações para tornar a instituição mais transparente. Ele lembrou que o trabalho foi iniciado na gestão de José Sarney e aprofundado ao longo deste ano. Disse que, sem custos adicionais, foi criado o Portal da Transparência, com informações sobre os valores dos salários de parlamentares e servidores e o uso dos recursos da verba indenizatória, entre outras informações.

— Instalamos ainda o Conselho de Transparência, que conta com integrantes da sociedade civil especializados no assunto. É a primeira vez

que isso acontece no Brasil, em relação a um dos Poderes da República — salientou.

Renan explicou que só não estão disponíveis os dados legalmente protegidos por sigilo. Informou ainda que os canais de comunicação com a sociedade foram ampliados, com os Portais do Congresso e das Comissões e com o banco de dados socioeconômicos. Além disso, o cidadão passou a poder opinar sobre as propostas em análise no Senado.

### Temáticas

Segundo Renan Calheiros, outra medida que fortaleceu a Casa foram as sessões temáticas, nas quais autoridades

foram convidadas a debater com os senadores temas de forte interesse nacional, como saúde. Destacou também o projeto que obriga os dirigentes das agências reguladoras e os ministros das Relações Exteriores, da Defesa e da Justiça a prestarem contas anuais ao Senado Federal.

Lembrou que o Congresso aprovou novas normas para a análise de vetos e fez revisões históricas, como a devolução simbólica dos mandatos do ex-senador Luis Carlos Prestes e do ex-presidente da República João Goulart.

Renan Calheiros adiantou que em 2014 o Senado vai avaliar o Sistema Tributário Nacional, para medir a carga tributária sobre a produção. Será rediscutida também a distribuição das receitas entre União, estados e municípios.

## Racionalização dos gastos

Veja algumas medidas	Economia
Eliminação do 14º e do 15º salários	R\$ 4,3 milhões
Extinção de 630 funções comissionadas nos gabinetes parlamentares, de lideranças, de membros da Mesa e na administração do Senado	R\$ 9,6 milhões
Implementação da jornada corrida de sete horas	+ de R\$ 55 milhões
Cancelamento ou redução de valores com terceirização de mão de obra. No total, ocorreu a redução de 25% dos terceirizados contratados pelo Senado	R\$ 10,5 milhões
Proibição de contratos emergenciais e redução de gastos com material de consumo, como combustíveis e material de expediente	R\$ 5,7 milhões
Suspensão da distribuição dos kits de informática às câmaras municipais	R\$ 6,8 milhões
Contingenciamento de atas de registro de preço	R\$ 13,4 milhões
Fim do contrato de clipping de notícias	R\$ 1,5 milhão
Redução de gastos com diárias e passagens	R\$ 1,7 milhão
Aplicação de decisão do Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento do teto salarial aos servidores	R\$ 1,3 milhão

### Outras ações adotadas

Cessão de profissionais do Serviço Médico do Senado ao SUS. Doação de 300 equipamentos hospitalares, 6 mil medicamentos e 34 mil materiais perecíveis, como agulha, gaze e seringa

Extinção de cargos, diretorias, secretarias e fusão de estruturas administrativas, como Interlegis, Unilegis e ILB

Redução de impressos na Gráfica

Proibição de nomeações e bloqueio de mais de 160 cargos. Estabelecimento de mandato de dois anos para os cargos de diretor de compras e contratações e para diretor de controle interno

Fixação de taxa de ocupação dos imóveis ocupados por não senadores e a retomada dos apartamentos de acordo com calendário

Realização de reuniões de comissões compostas por não parlamentares exclusivamente em Brasília

Limitação de ramais habilitados para fazer ligações DDD, DDI e celulares

Extinção da lotação de servidores no antigo Senadinho, no Rio de Janeiro

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão de discursos

14h30 A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares e comunicados da Mesa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h30, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Renan Calheiros comemora resultados de 2013

Presidente do Senado destaca que a maioria das propostas aprovadas na instituição teve origem no Legislativo e que projetos enfatizaram políticas para menos favorecidos

EM PRESTAÇÃO DE contas no Plenário ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, considerou produtivo o ano legislativo na instituição. Ele informou que foram aprovadas 615 matérias, contra 405 no ano passado. Ressaltou o fato de que a maioria das propostas teve origem no Legislativo, ao contrário do que sempre ocorre, com o maior número de projetos aprovados tendo origem no Executivo. Também destacou a ênfase dada à formulação de políticas públicas voltadas para os menos favorecidos.

— Fica demonstrado que o Congresso é capaz de reunir maiorias não apenas para propostas do governo, mas também para propor políticas públicas de maneira autônoma — disse.

O presidente parabenizou os senadores pelos resultados deste ano e agradeceu o trabalho das comissões, subcomissões e comissões instituídas pela Presidência do Senado e formadas por juristas com o objetivo de apresentar anteprojeto de lei para reformas importantes da legislação brasileira, como o Código Penal.



Senador ressaltou avanços sociais, como a aprovação da lei que garantiu mais direitos aos empregados domésticos

## Alcance social

Além da quantidade, foi a qualidade das matérias que mais ganhou realce, disse Renan, apontando avanços sociais, como a aprovação da lei que estendeu aos empregados domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores. Ele também destacou o Estatuto da Juventude; o projeto que obriga a reconstituição de mama pelo SUS; a transparência no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad); a regulamentação da profissão de vaqueiros; o direito de transmissão da licença de taxistas; o

novo rito na análise dos vetos; o financiamento da saúde; e os royalties do petróleo para educação e saúde.

No encerramento do ano, foram aprovadas ainda: a ampliação das votações abertas, a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e a aposentadoria especial para pessoas com deficiência, legislação que nasceu e foi aprovada no Senado, como ressaltou o presidente.

## Demanda das ruas

Os protestos realizados no país em meados do ano foram

classificados por Renan como “a volta do civismo”.

Segundo ele, o Senado respondeu com vigor ao aprovar 40 propostas em menos de 20 dias. Muitas dessas matérias ainda tramitam na Câmara, entre elas a que cria o código de proteção do usuário de serviço público; a que altera o rito de tramitação das medidas provisórias; a que trata da partilha com os estados dos impostos do comércio eletrônico; a que cria o fundo de vítimas de homicídio; a que torna hediondo o crime de corrupção; a que institui o regime tributário Simples para

advogados; a que exige ficha limpa para servidores dos Três Poderes, já implementada por resolução no Senado; a que veda que cônjuge ou parente até o segundo grau possa ser suplente de senador; e a que reduz para apenas um o número de suplentes de senadores.

Também foram aprovadas a facilitação do exercício da iniciativa popular na elaboração de leis; o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros (Reitup); a eliminação da aposentadoria como pena disciplinar para juízes e promotores condenados por corrupção; a perda automática do mandato de parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou crime contra a administração pública; o direito de resposta; a ampliação de coberturas pelos planos de saúde; a responsabilização de pessoas jurídicas envolvidas em corrupção; e o combate à tortura, entre várias outras propostas.

— O Brasil está mudando e exige que suas instituições se modernizem e se abram. Por esse motivo, estamos mudando as leis e também o Legislativo — disse Renan.

## Senadores elogiam atuação do presidente da Casa

Os senadores se revezaram para elogiar em Plenário o presidente da Casa, Renan Calheiros, após a apresentação do balanço da gestão em 2013.

José Pimentel (PT-CE) elogiou a política de redução de custos do Senado e a capacidade de diálogo do presidente da Casa. Ana Amélia (PP-RS) parabenizou Renan pela sugestão apresentada à presidente Dilma Rousseff de que os recursos devolvidos pelo Senado sejam usados em programas sociais como o Bolsa Família ou na construção de creches.

Para Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), o maior feito do presidente da Casa foi o estabelecimento da harmonia no Senado. De acordo com Flexa Ribeiro (PSDB-PA), primeiro-

-secretário da Casa, as ações de austeridade resgatam a importância do Senado para a nação. Ele parabenizou Renan pelas medidas e pela produção legislativa neste ano.

— Quero festejar e celebrar este momento auspicioso para o Senado — disse.

Segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), 2013 foi um ano “extremamente positivo” e boa parte das conquistas é devida à atuação de Renan.

A ouvidora do Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO), registrou que o balanço apresentado pelo presidente “alegra toda a Casa” e que a devolução de recursos ao Tesouro é uma marca para o Senado.

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que, como um dos vice-

-presidentes do Senado, tem acompanhado “a dedicação e a firmeza com que Renan conduz a Casa”.

— Vossa Excelência tem levado a Casa a um processo de mais modernidade e a uma vontade de ampliar a produtividade de servidores e senadores — avaliou Jucá.

Na visão de Vital do Rêgo (PMDB-PB), o ano de 2013 foi difícil e delicado. Ele exaltou as manifestações populares e destacou “a sintonia de Renan com os anseios da sociedade”. Segundo o senador, as mudanças implementadas tornam o Senado “austero, moderno e competente”. Pedro Taques (PDT-MT) elogiou a condução republicana de Renan na direção do Senado, enquanto

Paulo Paim (PT-RS) disse que a economia de recursos “é boa para todo o país”.

O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), disse que tem aprendido muito com a dedicação de Renan e sublinhou que o reconhecimento de opositores atesta o bom trabalho do presidente da Casa.

Lobão Filho (PMDB-MA) agradeceu a confiança de Renan em seu trabalho na Presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Segundo o senador, o acordo para aprovar o Orçamento de 2014 só foi possível em razão do apoio do presidente do Senado.

Apesar de elogiar as medidas de austeridade e a condução de Renan, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Gim (PTB-DF) cobraram a nomeação dos aprovados no último concurso do Senado.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sublinhou o empenho do presidente do Senado na realização da sessão solene do Congresso que devolveu simbolicamente o mandato presidencial a João Goulart.

Casildo Maldaner (PMDB-SC), Magno Malta (PR-ES), Valdir Raupp (PMDB-RO), Ivo Cassol (PP-RO) e Anibal Diniz (PT-AC) também elogiaram o trabalho de Renan.

## Supremo invade competência do Congresso, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) invade a competência legislativa do Congresso ao deliberar sobre doações de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais. O STF julga a questão ao analisar a ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que pede a proibição de doações de empresas a campanhas. Renan ressaltou que a função de legislar é do Congresso.

— Quem recebeu delegação do povo para legislar foi o Congresso Nacional, não o Supremo Tribunal Federal e não o Tribunal Superior Eleitoral. Só o Congresso pode fazer as leis. É importante que o Supremo saiba disso. Eu acho que é uma certa invasão, com a qual o Congresso não pode concordar — disse.

Renan também fez uma avaliação dos trabalhos do Senado em 2013 e ressaltou que o Orçamento, aprovado na madrugada de ontem, é de consenso.

— Aprová-lo por acordo significa dizer que ele contempla todos os segmentos da sociedade — afirmou.



Senadores destacaram o trabalho da Presidência da instituição este ano e elogiaram a política de redução de custos

# Aprovado mais de R\$ 1 bilhão em créditos extras

Ministérios e estatais dos setores agrícola, de transporte e de energia foram contemplados com os recursos, aprovados ontem por deputados e senadores

O CONGRESSO NACIONAL aprovou ontem seis projetos que liberam créditos suplementares e especiais em favor de diversos ministérios e empresas estatais, num total de mais de R\$ 1 bilhão. As matérias vão à sanção. Para a agricultura, foram aprovados os PLNs 28/2013 e 39/2013. O primeiro libera R\$ 27 milhões para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ampliar laboratórios agropecuários e concluir a sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Palmas. Já o segundo autoriza R\$ 17,6 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Social

desapropriar 22 mil hectares a fim regularizar territórios quilombolas com mais de mil famílias.

## Transporte

Deputados e senadores também aprovaram, entre outros, o PLN 20/2013, que libera R\$ 14,3 milhões para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Os recursos deverão ser repassados à Companhia Docas do Maranhão e à Prefeitura de Porto Velho para a conclusão das instalações portuárias públicas de pequeno porte em Novo Aripuanã (AM) e no Porto do Cai n'Água (RO), que aumentarão a segurança no

embarque e no desembarque de cargas e passageiros.

## Energia

Já o PLN 11/2013 abre crédito extra de R\$ 974 milhões para os Ministérios da Defesa e de Minas e Energia e a Secretaria dos Portos. A maior parte dos recursos será destinada à ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica da Região Sul. Serão R\$ 545 milhões para a Transmissora Sul Litorânea de Energia, que atende Santa Catarina, e R\$ 429 milhões para a Transmissora Sul Brasileira de Energia, com linhas no Rio Grande do Sul. Para viabilizar as obras, serão usados R\$ 557 milhões

de operações de crédito de longo prazo. O projeto destina uma parcela de R\$ 10 milhões para adequar o pátio de manobras do Porto de Salvador.

Foram ainda aprovados o PLN 21/2013, que abre crédito de R\$ 10 milhões para otimização energética da sede do Ministério de Minas e Energia, e o PLN 37/2013, que destina R\$ 116 milhões em favor de transferências a estados, municípios e Distrito Federal relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Combustíveis). Decreto de junho de 2012 reduziu a alíquota da contribuição a zero, mas a Justiça obrigou a inclusão de previsão

na Lei Orçamentária para o exercício de 2013.

## Oposição

Durante a votação dos projetos, o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) pediu que não sejam cortados recursos para estados e municípios geridos pela oposição. Ele afirmou que o PSDB e outros partidos poderiam ter obstruído a votação da proposta de Orçamento para 2014, mas não o fizeram em nome do país.

— Queremos ser tratados de forma republicana — disse.

Presidindo a sessão, o deputado Andre Vargas (PT-RS) reconheceu a contribuição da oposição à votação.



Sessão do Congresso Nacional para a votação de projetos de lei que autorizam créditos a órgãos públicos

### Para onde vão os recursos

Projetos	Valor	Destino da verba
PLN 28/2013	R\$ 27 milhões	Ministério da Agricultura
PLN 39/2013	R\$ 17,6 milhões	Ministério do Desenvolvimento Social
PLN 20/2013	R\$ 14,3 milhões	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
PLN 11/2013	R\$ 974 milhões	Ministérios da Defesa e de Minas e Energia e Secretaria dos Portos
PLN 21/2013	R\$ 10 milhões	Ministério de Minas e Energia
PLN 37/2013	R\$ 116 milhões	Estados, municípios e Distrito Federal

## Humberto Costa celebra visita de Dilma a Pernambuco

Humberto Costa (PT-PE) destacou a visita da presidente Dilma Rousseff a Pernambuco, onde foi recebida ontem por milhares de trabalhadores da Petrobras e das empresas contratadas para as obras da Refinaria Abreu e Lima. Em seguida, Dilma esteve no Estaleiro Atlântico Sul, onde inaugurou a plataforma P-62, “construída e montada integralmente em Pernambuco”, segundo Humberto.

O senador salientou o anúncio feito pela presidente de que serão investidos R\$ 2,5 bilhões em mobilidade urbana na Região Metropolitana do Recife.

— Enfim, trouxe a Pernambuco apenas boas notícias — resumiu o parlamentar.

## Bauer destaca boa fase de Santa Catarina no esporte e na economia

Paulo Bauer (PSDB-SC) comemorou ontem a presença de três equipes de futebol de Santa Catarina entre as 20 melhores do país em 2014. O senador lembrou que o Criciúma disputou a Série A deste ano e garantiu a permanência na elite do futebol. A Chapecoense, acrescentou, é a vice-campeã da Série B e “sensação do campeonato”, e o Figueirense “conquistou sua classificação de forma heroica” para a primeira divisão. Paulo Bauer disse que o esporte reflete o momento socioeconômico do estado, que, segundo ele, tem a menor taxa de desemprego do país e 23 dos 100 municípios brasileiros com melhor Índice de Desenvolvimento Humano.

## Walter Pinheiro quer pacto federativo que desconcentre poder

O Brasil precisa combater a concentração de poder e estimular o desenvolvimento local, avaliou ontem Walter Pinheiro (PT-BA). O senador disse que a concentração ocorre não somente na União, mas também nos estados.

— Ninguém mora em Mato Grosso do Sul, mas em Campo Grande ou Corumbá, e, no caso da Bahia, em Salvador ou Chorrochó. Portanto, é no município que o cidadão realmente vive.

Segundo o parlamentar, a reestruturação do pacto federativo deve levar em conta essa visão, quebrando “essa coisa, incrustada na estrutura de Estado, de um processo permanente de concentração”.

## Niterói pode contratar US\$ 26 milhões do BID para projetos urbanos

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução (PRS 110/2013) que autoriza Niterói (RJ) a tomar empréstimo de até US\$ 26 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar parcialmente projetos de desenvolvimento urbano e inclusão social.

José Pimentel (PT-CE), que relatou o projeto no Plenário, informou que a operação de crédito tem a garantia da União e que as condições legais foram cumpridas.

Pimentel também leu mensagem da Presidência da República que informa o veto total ao PLC 48/2012, que prevê estações de apoio a motoristas de ônibus e caminhões nas rodovias federais.

## Waldemir Moka destaca conquistas da Comissão de Assuntos Sociais

Waldemir Moka (PMDB-MS), que preside a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), considerou o financiamento público da saúde e o Estatuto da Juventude os temas mais importantes tratados pela CAS em 2013.

— Analisamos um projeto que destinava 18% da receita corrente líquida para o financiamento da saúde. Não foi o aprovado, mas tenho a certeza de que o debate travado na CAS propiciou um avanço — opinou.

Moka informou que a comissão analisou 133 projetos e 71 requerimentos.

— Terminamos o ano com o sentimento de dever cumprido — afirmou, agradecendo aos colegas.



Senador afirma que a presidente deu boas notícias para o estado



O estado vai bem e tem três times entre os melhores do país, diz Bauer



Pinheiro: é preciso lembrar que ninguém mora na União ou nos estados



José Pimentel, relator do projeto, diz que o aval é da União



Financiamento para saúde e Estatuto da Juventude orgulham, avalia Moka

# Embratur teme que corte de recursos para 2014 prejudique o turismo

Cerca de R\$ 30 milhões destinados ao órgão foram retirados do Orçamento da União para 2014 aprovado pelo Congresso e isso poderá reduzir as ações para fazer com que os turistas que virão ao Brasil em 2014 voltem e recomendem o país aos amigos, afirma presidente

O CORTE DE R\$ 30 milhões nos recursos do Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur) no Orçamento da União para 2014, aprovado ontem pelo Congresso, poderá comprometer as ações de fidelização dos turistas que virão em 2014. O alerta é do presidente da Embratur, Flavio Dino, que participou de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A redução de recursos, segundo Flavio Dino, não deve afetar diretamente o número de turistas durante a Copa porque a divulgação vem sendo feita desde 2009 e deve garantir, em 2014, a vinda de cerca de 7 milhões de turistas estrangeiros. O problema são as atividades de acolhida durante a Copa, que buscarão fazer com que eles recomendem os destinos brasileiros quando voltarem a seus países.

— Se não formos competentes no receptivo, na infraestrutura e nas ações promocionais, os megaeventos ficarão, do ponto de vista histórico, como uma espécie de ato que não conseguiu se confirmar — alertou.

Ana Amélia (PP-RS) disse ser injustificável que o país reduza o orçamento de turismo “no ano de realização de um evento da magnitude



Antonio Carlos Valadares (C), ao lado de autoridades e especialistas, conduz audiência sobre nova gestão do turismo

da Copa do Mundo”. O presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), também disse que é urgente recompor o orçamento do órgão.

## Gestão

Na audiência, foi discutido anteprojeto de lei que visa ampliar as funções da Embratur. Atualmente, o órgão responde pela promoção do país no exterior, cabendo ao Ministério do Turismo a promoção do turismo nacional. Pela proposta, a Embratur seria transformada em Agência de Promoção do Turismo Brasileiro e agregaria o conjunto de ações do setor.

O anteprojeto também regulamenta as parcerias com o setor privado e com estados e municípios.

Conforme Flavio Dino, o objetivo é construir uma política de Estado para o setor, que leve em conta interesses do setor privado, dos turistas e, principalmente, da população. O anteprojeto está sendo submetido a consulta pública e deverá ser enviado ao Congresso no próximo ano.

Para Eduardo Sanovicz, presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas, o novo modelo de gestão deve prever financiamentos perenes.

## Preços

Sanovicz defendeu a redução dos tributos sobre a aviação para o crescimento do turismo doméstico, sendo apoiado por Márcio Santiago de Oliveira, vice-presidente

jurídico da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux.

Para Lídice da Mata (PSB-BA), o importante é a adoção de medidas que resultem na redução do preço aos usuários.

— Vocês reivindicam uma menor taxação do setor aéreo e nós reivindicamos um preço de passagem menor. É preciso encontrar um ponto de equilíbrio, pois só num jogo de ganha-ganha podemos caminhar — disse a senadora.

## Greve

Ruben Figueiró (PSDB-MS) se disse preocupado com a possível greve de aeronautas e aeroviários na semana do Natal, conforme tem sido divulgado pela imprensa.

## Senado quer ouvir Defesa sobre compra de caças suecos

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), afirmou ontem que pretende ouvir no colegiado o ministro da Defesa, Celso Amorim, e o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, para saber detalhes da escolha dos caças suecos Saab Gripen NG.

— A expectativa é de que nós possamos, em fevereiro, conhecer em detalhes os fundamentos que levaram o governo brasileiro a adotar essa posição — afirmou o senador.

A decisão sobre a compra dos caças suecos foi anunciada na tarde de ontem depois de anos de indefinição. O Projeto FX-2, que inclui os caças, teve início em 2001, e aeronaves de três países disputaram o contrato com o governo brasileiro: além do Saab Gripen NG, modelos da americana Boeing e da francesa Dassault estavam na disputa.



Presidente da CRE, Ricardo Ferraço quer saber motivos da escolha

## Ana Amélia elogia exigência de airbag e freio ABS em 2014

Ana Amélia (PP-RS) elogiou a “decisão sábia” do governo de manter inalteradas as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que tornam airbags e freios ABS itens obrigatórios em todos os carros fabricados no Brasil a partir do próximo ano. Em Plenário, ela disse que “voltar atrás é uma atitude inteligente, qualquer que seja a autoridade que a tenha tomado”.

O governo cogitou a possibilidade de exigir que apenas 80% dos carros chegassem ao mercado com esses equipamentos obrigatórios, mas o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou a manutenção das regras após reunião com representantes dos trabalhadores e do setor automobilístico em Brasília, na terça-feira.

Ana Amélia também elogiou a decisão do Contran de adiar para o fim de 2014 a

exigência de emplacamento e vistoria de máquinas agrícolas e tratores. Para a senadora, a medida cria uma “burocracia cara”, exigindo dos agricultores despesa de até R\$ 1 mil por equipamento.

— Nesse período, estaremos aqui, no Congresso, deliberando com legislação própria para anular a necessidade de emplacamento de máquinas e implementos — acrescentou.



Senadora discorda de necessidade de emplacamento de tratores

## Armando destaca esforços para aumentar investimentos produtivos

O ano de 2013 foi extremamente positivo. A opinião é do senador Armando Monteiro (PTB-PE), ao afirmar que, neste ano, se empenhou pela criação de um ambiente mais favorável aos investimentos produtivos, à criação de empregos e às pequenas empresas.

Exemplo disso é o projeto que ele apresentou para modificar a transição de faixa das micros e pequenas empresas no Simples. A ideia é evitar que as empresas tenham uma grande elevação de impostos quando passam a faturar mais.

Armando também defendeu a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para que o país ponha fim à chamada guerra fiscal, e informou que o projeto que reduz as alíquotas do imposto já está pronto para votação no Plenário.

Além disso, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já aprovou parecer favorável à criação dos fundos de com-

penção de receitas e de desenvolvimento regional que, segundo o parlamentar, são essenciais para a aprovação das mudanças no ICMS.

— O fundo de compensação de receita funcionaria como uma espécie de seguro de arrecadação, repondo as perdas de receita dos estados que tendem a perder com as novas alíquotas. De outro modo, o fundo de desenvolvimento regional vai oferecer recursos para que os estados possam fazer as suas políticas de apoio ao desenvolvimento econômico, utilizando mecanismos mais saudáveis que a guerra fiscal — explicou o parlamentar.

Armando lamentou que o país não tenha avançado na redução dos impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Para o senador, essa carga ainda é muito alta, o que contribui para a grande informalidade dos trabalhadores no país e para o elevado custo Brasil.

## Plenário prorroga prazo da Comissão do Código do Consumidor

Foi aprovado em Plenário na terça-feira requerimento da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor para a prorrogação do prazo final dos trabalhos até 31 de março de 2014. A comissão, presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), avalia projetos de lei do Senado (PLSs 281, 282 e 283, de 2012) elaborados por uma comissão de juristas que propôs alterações no código em relação a comércio eletrônico, ações coletivas e concessão de crédito.



Presidido por Rollemberg, grupo vai atuar até março de 2014

# Congresso devolve simbolicamente mandato presidencial de João Goulart

Presidentes do Senado e da Câmara pediram desculpas à família de Jango pelo golpe que o tirou do poder e deu início ao regime militar. Senadores destacaram trajetória do político, e o filho dele, as reformas propostas pelo pai

O MANDATO DE João Goulart (1919–1976) na Presidência da República, cassado há 49 anos, foi devolvido simbolicamente pelo Congresso Nacional ontem, em sessão solene. Com a presença da presidente Dilma Rousseff e de vários ministros, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Henrique Alves, pediram desculpas à família de Jango pela deposição dele.

Para Renan, o Parlamento brasileiro fez uma reparação histórica da “inverdade patrocinada pelo Estado contra um ilustre brasileiro, um nacionalista, patriota e reformista”. Eduardo Alves falou em “oportunidade de resgate da cidadania no mais alto grau”.

Agradecido, o filho do ex-presidente, João Vicente Goulart, afirmou que o pai “hoje parte como homem”.

Em 21 de novembro, por proposta (PRN 4/2013) dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), foi anulada a sessão de 2 de abril de 1964, na qual o então presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República, tornando possível o afastamento de João Goulart do poder, apesar de ele estar em território nacional, no Rio Grande do Sul. Aquela sessão serviu para legitimar a subida dos militares ao poder (1964–1985).

## Reformas

Depois da exibição de um vídeo sobre João Goulart, produzido pela TV Senado, e da interpretação do Hino Nacional pela cantora Fafá de Belém, foi entregue a réplica do diploma de presidente da República ao filho de Jango.

João Vicente lembrou que, após a sessão histórica que envergonhou o Legislativo brasileiro — que havia sido duas



Randolfe Rodrigues, um dos autores do projeto de devolução do mandato, discursa em sessão presidida por Renan Calheiros

vezes presidido por João Goulart —, finalmente, “a democracia venceu”. Para ele, o golpe militar não foi contra o pai, mas contra as reformas de base que Jango pretendia implantar em benefício dos mais pobres e de um desenvolvimento econômico mais justo.

Para comentar o momento político, econômico e social do país, João Vicente destacou a necessidade de fazer um plebiscito para discutir a reforma eleitoral, além de mudanças no sistema tributário e de mais investimento na educação básica. Ideais defendidos pelo

pai dele quando foi presidente da República.

— A trajetória de Jango se coloca acima dos partidos políticos, é parte da história brasileira. Sem ódios, nem ressentimentos, Jango hoje parte como homem. Fica o Jango das reformas de base — afirmou.

## Parlamento se reencontra com a verdade, afirma Renan

O reconhecimento da injustiça cometida contra o ex-presidente João Goulart reconcilia o Congresso com a verdade e apaga uma nódoa da história brasileira. A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ontem, durante a sessão solene.

— Estamos recusando a falsidade que perdurou por 49 anos e nos reencontrando oficialmente com a verdade; afinal, a mentira

é tão nociva à verdade quanto o silêncio — declarou Renan.

Para o presidente do Senado, com a devolução do mandato a Jango, o Congresso declara que o ex-presidente não era um fugitivo, mas uma vítima que tentou resistir a um golpe militar. Segundo Renan, a história não pode ser apagada, mas também não pode ser confundida com a “versão dos vitoriosos do momento”.

— A versão, calcada na mentira, é efêmera e inconsistente. Já a verdade é eterna e sólida. Derrubar a versão, sabidamente ardilosa, representa nosso reencontro com a verdade — ressaltou.

Renan agradeceu aos autores do projeto — Pedro Simon e Randolfe Rodrigues — pela oportunidade que deram ao Congresso. Agradeceu também à presidente Dilma Rousseff,

presente no evento, pela criação da Comissão da Verdade. Depois, pediu desculpas, em nome do Congresso, ao ex-presidente.

— Em nome da instituição, peço desculpas pela inverdade patrocinada pelo Estado contra um ilustre brasileiro, um nacionalista, patriota, reformista e que, talvez, tenha conseguido reunir uma das melhores equipes de governo na história do Brasil — disse Renan.

## Medida mostra que Brasil é democrático, avalia Simon

O senador Pedro Simon, um dos autores do projeto de devolução do mandato de João Goulart, afirmou, durante a sessão solene, que o ato de devolução mostra que o Brasil é um país “libertário e democrático”.

Para ele, a devolução será lembrada como um dia “histórico e inédito”, no qual o país teve a oportunidade, mesmo que simbólica, de fazer com que a verdade se prolongue ao longo dos anos e seja ensinada nas escolas para as gerações futuras.

— Os meus bisnetos vão estudar na escola o que de fato aconteceu. O que meus filhos estudaram foi o que não aconteceu. Hoje se encerrou um ciclo e começou outro. Queira Deus que tenhamos a grandeza de seguir adiante — ressaltou Simon.

O senador argumentou que a declaração de vacância da Presidência foi

inconstitucional, porque a perda do cargo só se daria em caso de viagem internacional sem autorização do Congresso. Ele disse ter sido testemunha de que o presidente João Goulart estava em Porto Alegre, onde foi se encontrar com forças contrárias ao golpe militar.

Simon relembrou fatos da passagem de João Goulart pelo poder e destacou a coragem do ex-presidente ao longo da trajetória política dele. O senador acrescentou que todos os partidos, por unanimidade, concordaram que a devolução do mandato foi um grande gesto e uma decisão muito importante do Congresso.

O parlamentar ainda elogiou a presidente da República, Dilma Rousseff, por receber os restos mortais de Jango, em Brasília, com honras de Estado e destacou que a atitude da presidente demonstra “grandeza e espírito público”.

## Para Randolfe, ex-presidente foi o mais popular do Brasil

A devolução simbólica do mandato presidencial de João Goulart é uma forma de o Estado pedir desculpas ao ex-presidente e à família dele. Foi o que disse o senador Randolfe Rodrigues, ontem, durante a solenidade.

Randolfe é um dos autores, ao lado do senador Pedro Simon, do projeto de resolução que anulou a sessão de 2 de abril de 1964.

— A anulação dessa farsa não tem efeitos práticos sobre os males praticados pela ditadura. Mas a resolução traz o simbolismo do resgate histórico de uma injustiça — apontou Randolfe.

Segundo o senador, João Goulart foi o único presidente a morrer no exílio e que, ao morrer, não teve homenagens de Estado. Randolfe disse que Jango é dono de uma trajetória política, ao mesmo tempo, “tão curta e tão celebrada”.

O senador chegou a definir João Goulart como o presidente mais popular da história do Brasil.

— João Goulart sempre foi coerente por estar sempre do mesmo lado: ao lado dos trabalhadores brasileiros — declarou o parlamentar.

Na visão de Randolfe, a sessão de ontem foi “histórica e cheia de emoção”. Ele disse que, se os erros do passado são esquecidos, os povos voltam a incorrer nos mesmos erros. Assim, a devolução simbólica do mandato a João Goulart é uma forma de homenagear as futuras gerações, que terão a oportunidade de estudar essa correção histórica.

— Poucos brasileiros amaram tanto o Brasil quanto João Goulart. Poucos sofreram tanto em amar o Brasil quanto ele — disse Randolfe.



Presidente Dilma Rousseff cumprimenta João Vicente Goulart, filho de Jango, durante a sessão solene que reuniu deputados e senadores no Plenário do Senado

## Mudanças que Jango faria ainda são necessárias, diz filho

“O golpe militar de 1964 não foi contra João Goulart, mas contra as reformas que Jango queria implantar no Brasil.” A frase é do filho do ex-presidente da República, João Vicente Goulart, que, em nome da família, recebeu ontem, do presidente do Senado, Renan Calheiros, o mandato do pai.

— Essas reformas, sem dúvi-

da, desenvolveriam o país em benefício das camadas menos favorecidas — disse João Vicente, acrescentando que o desenvolvimento econômico pretendido pelo pai era “mais justo, mais soberano e mais brasileiro”.

João Vicente lembrou que, em 1964, era preciso reformar o Estado para avançar no

desenvolvimento do país. Para ele, algumas mudanças continuam a ser necessárias. Ele defendeu uma reforma agrária solidária, com apoio à agricultura familiar, uma reforma tributária mais justa e mais solidária, educação em tempo integral e uma reforma política profunda.

O filho de Jango declarou também que a sessão do Congresso

reparou a “triste mancha” e o equívoco praticado pelo Parlamento em 1964 que legalizou a ditadura e concordou com “a ruptura institucional da pátria e a instalação do Estado de exceção”.

— Jango, hoje, parte como homem. Fica o Jango das reformas. Fica o Brasil unido na concórdia e na reflexão da história. Jango, a democracia venceu! — disse.

## No Congresso, João Goulart defendia reformas de base

João Goulart foi o último vice-presidente da República a ocupar a Presidência do Senado, princípio constitucional que vigorou do Império até o ano de 1961. Veja a íntegra do discurso dele no Senado sobre as reformas necessárias ao país (\*):

Há precisamente cinco anos, em igual solenidade, tive a honra de afirmar, perante esta Casa, os votos de lealdade aos deveres e cargos inerentes ao mandato que o povo brasileiro me outorgara nas urnas de outubro de 1955.

Venho agora, pela segunda vez, profundamente emocionado, reafirmar aqueles mesmos votos, ao dar início ao cumprimento de um mandato, cuja renovação, em expressiva manifestação da vontade popular, constitui, para mim, a mais confortadora e eloquente prova de que tenho logrado corresponder à confiança dos que me elegeram.

O ato que presido é o mesmo de há cinco anos passados, na forma e no esplendor de seu significado democrático. Dois aspectos são, porém, profundamente diversos. O cenário da convocação já não é a gloriosa metrópole que por dois séculos foi a sede principal da vida pública brasileira, mas sim a jovem e já famosa Brasília, orgulho de uma nação, símbolo de uma revolução material e espiritual, cuja alvorada, iniciada em 1930, havia de encontrar na energia e no espírito empreendedor do presidente Juscelino Kubitschek a força realizadora de uma etapa decisiva de progresso.

O segundo aspecto revela uma transformação igualmente significativa. No espaço destes cinco anos, amadurecemos politicamente, e o regime, que em 1955 se via ameaçado antes e depois das eleições, consolidou-se definitivamente, permitindo que se realizasse, numa atmosfera de tranquilidade e respeito às liberdades públicas, o pleito em que a nação escolheu seus governantes.

A este progresso político somou-se indiscutível progresso material, com a solução definitiva de muitos problemas de que dependia a marcha do desenvolvimento nacional, e o feliz encaminhamento de outros, para os quais já não será difícil encontrar no futuro as soluções adequadas.

A política de desenvolvimento econômico abriu perspectivas seguras para novas e fecundas lutas pela emancipação nacional através das quais conseguirá o nosso povo libertar-se dos resíduos do colonialismo e preservar os frutos do seu próprio trabalho, integrando na comunhão nacional a grande massa dos menos favorecidos, liberada das injustiças e das desigualdades que anulam a confiança do homem em si mesmo e impedem o advento de uma verdadeira democracia social.

É certo que o esforço realizado para vencer, em curto prazo, as etapas do desenvolvimento, custou ao país pesados sacrifícios, mas estes se acham sobejamente justificados pela importância dos resultados alcançados. E o povo brasileiro tem sabido compreendê-los como uma contribuição que as gerações de hoje realizam em benefício das gerações de amanhã.

O Poder Legislativo tem elevada missão a realizar na consolidação desses resultados e, sobretudo, na adoção de medidas que garantam às classes médias e às classes trabalhadoras uma participação crescente nos benefícios do enriquecimento nacional, pois só a melhor distribuição da riqueza e a progressiva eliminação das desigualdades sociais poderão assegurar a efetiva paz social.

A técnica moderna já se revela capaz de eliminar não apenas os grandes males físicos, mas também os males sociais, dos quais o maior de todos é a miséria. E para isso são necessárias reformas de base na estrutura econômico-social do país, pelas quais temos reclamado reiteradas vezes, e que dependem de esforço conjunto do Poder Legislativo e da administração pública.

Senhores senadores, no desempenho do meu mandato anterior, procurei assumir sempre o patrocínio das causas populares, colocar-me ao lado dos trabalhadores e dos humildes, e defender os princípios nacionalistas e os ideais de reforma social legados ao meu partido pela palavra e pelo exemplo do imortal presidente Getúlio Vargas.

Nessa atitude e nessa linha de conduta, espero preservar com redobrado zelo, no fiel cumprimento do mandato que hoje se inicia. Não ignoramos que o próprio crescimento da produção industrial e a maior circulação da riqueza criaram problemas novos, que assumem o aspecto de verdadeira crise, mas entendemos que a solução desta terá de ser encontrada sem a perda de qualquer espécie, mas interpretando no cargo que recebi das mãos do povo as ideias que me valeram a honra da reafirmação de sua confiança, dou hoje início ao desempenho do meu novo mandato, no firme propósito de bem servir a esta Casa de defender sem vacilações as altas prerrogativas do Poder Legislativo, e de continuar emprestando toda a minha colaboração — a mais leal e a mais decidida — para a conquista das justas reivindicações populares.

(\* Discursos de 1º de fevereiro de 1961, 41ª Legislatura, 3ª sessão legislativa

da República não desertará um só instante de sua posição de combate, em defesa das classes populares e dos princípios que inspiram a luta pela emancipação nacional, também não faltará ele aos seus deveres para com o Poder Legislativo, especialmente, para com o Senado Federal, hoje, mais do que nunca, depositário de tão grandes responsabilidades para com o país.

Permiti-me, senhores senadores, confessar neste momento quanto devo ao Senado. Aqui cheguei, há um lustro, jovem ainda, e foi no equilíbrio moral desta Casa, no seu ambiente de serenidade e civismo, de meditação desapassionada e de controvérsia, não raro intensa, mas sempre elevada, que completei, se assim posso dizer, a minha formação política.

Sou grato a este alto Conselho da República, e estou convencido da grandeza do seu papel no regime que praticamos. Este papel é completado, harmoniosamente, pela Câmara dos Deputados. E as duas instituições, unidas, têm cumprido e continuarão certamente a cumprir uma grande missão histórica, representando, na diferenciação das correntes partidárias, o peso real da opinião pública brasileira.

Senhores senadores, não tive a satisfação de ver eleito o meu companheiro de chapa, o eminente marechal Henrique Teixeira Lott. Faltaria a um dever de lealdade e sinceridade se, neste momento, não lhe rendesse aqui as minhas homenagens e não manifestasse, perante a nação, o meu apreço pela sua personalidade de homem público e pela magnífica pregação de ideias por ele realizada, em sua memorável campanha.

Não fui companheiro de legenda do presidente Jânio Quadros, mas, quero formular os votos mais sinceros para que ele governe com acerto, e para que Deus o inspire no cumprimento dos inúmeros e patrióticos compromissos que assumiu com o povo do Brasil, especialmente com os trabalhadores, em sua vitoriosa jornada.

Sem prevenções de qualquer espécie, mas interpretando no cargo que recebi das mãos do povo as ideias que me valeram a honra da reafirmação de sua confiança, dou hoje início ao desempenho do meu novo mandato, no firme propósito de bem servir a esta Casa de defender sem vacilações as altas prerrogativas do Poder Legislativo, e de continuar emprestando toda a minha colaboração — a mais leal e a mais decidida — para a conquista das justas reivindicações populares.

# Requião destaca Parlasul como via de integração

Em entrevista, vice-presidente brasileiro do Parlamento do Mercosul diz que entrada da Venezuela é importante para unidade da região e que momento não permite aumento do número de parlamentares

“O PARLASUL É a verdadeira via de integração da América do Sul.” Essa é a opinião do vice-presidente brasileiro do Parlamento do Mercosul, senador Roberto Requião (PMDB-PR). Em entrevista à Agência Senado, Requião defendeu o Parlasul como foro de debates, acordos e resolução de atritos entre os países do bloco. Veja abaixo os principais pontos da entrevista.

## Retomada

Nós tivemos esse impasse (com a suspensão das atividades do Parlasul por três anos) do Paraguai no Mercosul e o Parlasul é o Parlamento do Mercosul. Mas isso se resolveu, já fizemos a primeira reunião depois de três anos. O Paraguai, em atitude bonita do presidente (Horacio) Cartes, aceita a Venezuela no Mercosul. Isso é importantíssimo. A Venezuela tem US\$ 750 bilhões de reserva cambial, é um país que precisa de tudo, de aliados, precisa se industrializar. O Brasil e a Argentina podem fazer muito por ela. Todos nós precisamos dessa unidade. Ela é boa para a Venezuela e para nós. E nós demos início à retomada do Parlasul. A Venezuela não participou dessa sessão, mas estamos abertos a ela, da próxima ela participará. Estamos fazendo mudanças no regimento interno e ano que vem funcionaremos normalmente.

## Presidência

A Presidência é rotativa. Foi indicado pelo Brasil para a Vice-Presidência, o que significa que poderei, na rotação, vir a ser presidente. Vamos estabelecer, nas próximas reuniões, a ordem de sucessão. Pelo regimento, a sucessão se dá de seis em seis meses. Uma rotatividade muito grande. Nós acordamos que, nessa fase de reconstrução, o



Lia de Paulo/Agência Senado

Requião pode assumir a Presidência rotativa do Parlasul nos próximos anos

Uruguai ficaria com um ano de presidência. O Uruguai fica 2014 na Presidência e depois se retoma a rotatividade. Vamos estabelecer isso no começo do ano que vem. Teremos reuniões da Mesa em fevereiro, março e depois retomaremos as sessões regulares. A rotatividade semestral é muito rápida. A Mesa não consegue dar conta dos trâmites burocráticos. Acho que um ano seria bom.

## Foro de debates

O Parlasul tem que ser o foro de discussão e de resolução dos atritos que possam existir na nossa economia. Por exemplo, há algum tempo o governo brasileiro impôs restrições à entrada de carros do Uruguai no Brasil, uma coisa absolutamente ridícula. Os uruguaios produzem de 30 mil a 35 mil carros por ano e nós produzimos 3,5 milhões. Por outro lado, o Uruguai compra tudo do Brasil. Já a Argentina está dando uma reduzida [na venda] dos carros brasileiros, mas o que se esquecem de dizer os que protestam é que o nosso superávit com a Argentina é monumental. Nós vendemos muito mais que compramos. A Argentina toma determinadas medidas em defesa

da economia quando há um problema muito sério internamente. Temos que entender e, mais que isso, estabelecer um regime que seja bom para todos os países. E esse problema de automóveis é mais uma briga de multinacionais, porque algumas empresas produzem na Argentina para exportar para o Brasil, outras se instalam no Brasil para usufruir as vantagens do Mercosul. Não sou contra isso, desde que nossos Estados nacionais regulem o processo e façam com que isso ocorra em benefício dos países, e não das multinacionais.

## Integração

[Para contribuir com a integração da América do Sul], o Parlasul vai tentar dirimir problemas que às vezes são mal conduzidos pelos Executivos. Fazer sugestões às Presidências das Repúblicas. Integração é isso, conversa, e o parlamento é o espaço de falar, acordar, discutir. [O Parlasul] não é uma via alternativa, é a via de integração verdadeira. Integração não é a defesa dos interesses econômicos de grandes empresas, integração é cultural, educacional, econômica, é um processo civilizatório sul-americano.

## Participação popular

A sociedade só vai participar [do Parlasul] quando tivermos eleição direta, que, conforme o acordado, se dará em 2020. Hoje, com a crise que todos os países vivem, criar cargos de parlamentares remunerados com gabinetes — o Brasil teria 76 — é de difícil digestão pela sociedade. Até lá, fica o sistema de deputados e senadores indicados pelos partidos nas representações dos países e um espaço de discussão. O número de parlamentares por país continua como está.

# Newton Lima quer “mais protagonismo”

O presidente da Representação Brasileira no Parlasul, deputado Newton Lima (PT-SP), pretende estimular os acordos comerciais entre blocos como Mercosul e União Europeia e a “aceleração do livre comércio interno, no âmbito do bloco”.

As duas prioridades foram anunciadas pelo deputado em entrevista à Agência Senado. Na opinião do deputado, a composição das comissões temáticas, no início de 2014, dará ao Parlamento “mais protagonismo” no processo de integração regional. Essa

integração, para ele, não deve ser apenas econômica, mas também uma “integração dos povos” dos países que integram o Mercosul.

Ele defendeu também participação mais efetiva de países que querem aderir ao Parlasul, como Equador e Bolívia. “Quanto mais denso o bloco, mais forte ele vai ser”, disse.

Já a decisão de prorrogar a fase de transição — as eleições diretas para o Parlasul serão apenas em 2020 — está relacionada, segundo Lima, às reformas políticas nos países.

— Acho que 2020 é um prazo mais exequível, mais realista, porque, à exceção do Paraguai, todos os demais países precisam superar dificuldades nas legislações próprias.

Para o deputado, as eleições diretas devem também ajudar a superar o maior desafio do Parlasul: a participação da sociedade. O envolvimento dos cidadãos, segundo ele, é importante para dar mais visibilidade à atuação do Parlamento e, assim, avançar em questões como uma moeda única entre os países do bloco.

# Eduardo Braga: Senado ajuda a combater crise econômica

O Senado participou ativamente da discussão e votação de todas as leis propostas pela presidente Dilma Rousseff ao Congresso, dando “importante contribuição à transformação em lei das iniciativas indispensáveis ao enfrentamento dos efeitos decorrentes de desdobramentos da crise financeira internacional de 2008”, afirmou ontem o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM). Braga listou os projetos mais importantes que passaram pela Casa ao longo do ano e também elogiou a política

econômica do governo, a qual, segundo ele, permitiu que o Brasil crescesse, embora a taxas reduzidas, num quadro de diminuição da desigualdade social, num ambiente de pleno emprego, de melhoria da qualidade de vida da população e de equilíbrio macroeconômico.

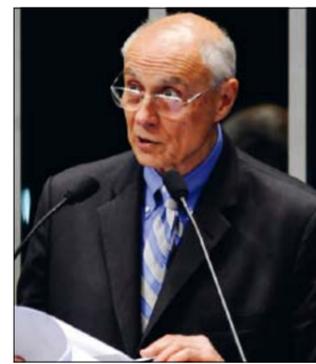
— A recuperação da economia europeia continua lenta, o mesmo acontecendo com os Estados Unidos e o Japão. Até mesmo a poderosa China teve de rever a taxa de dois dígitos de crescimento do seu PIB — analisou.

## Suplicy sugere a Bachelet que adote a renda mínima no Chile

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ontem à presidente eleita do Chile, Michelle Bachelet, que adote o programa de renda básica da cidadania, que poderia contribuir para reduzir em muito as desigualdades sociais no Chile.

De acordo com Suplicy, uma opção factível seria usar parte da renda de exportação de cobre, que permanece em poder do Estado, para ajudar a financiar um programa desse tipo. No Alaska, lembrou, a renda obtida com o petróleo custeava uma iniciativa que tornou esse estado “o mais igualitário” dos EUA.

O senador assinalou que a estratégia do Chile de deixar de investir em políticas sociais, iniciada na ditadura do general Augusto Pinochet,



Alessandro Dantas/Agência Senado

Senador acredita que benefício ajudaria a diminuir a desigualdade

afetou dois setores importantes — previdência social e educação. A educação superior está cada vez mais elitizada, o que levou Bachelet a anunciar uma reforma que garanta o acesso a estudantes de todas as classes sociais.

A renda básica de cidadania foi criada pela Lei 10.835/2004, originada de projeto de Suplicy, mas ainda não foi implementada no país.

## Vanessa Grazziotin ressalta acordos entre Brasil e França

Os acordos firmados durante a recente visita ao Brasil do presidente francês, François Hollande, foram elogiados ontem por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) no Plenário.

Em pelo menos três dos mais de dez compromissos assinados, o Brasil terá acesso direto à tecnologia em áreas estratégicas, como saúde, informática e defesa, segundo ela.

— Um desses acordos foi assinado entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o laboratório francês Sanofi para a produção de vacinas. Outro trata da produção e lançamento de um satélite de Brasil e França. E há também o que fará com que o Brasil adquira da França



Alessandro Dantas/Agência Senado

Para Vanessa, maior vantagem dos acordos é o acesso às tecnologias

um supercomputador, com transferência de tecnologia — afirmou.

Segundo a senadora, ficou acertado que a França será codirigente da conferência internacional que o Brasil promoverá em 2014 sobre a gestão da internet em âmbito mundial, assunto ligado diretamente à CPI da Espionagem, presidida pela senadora amazonense.

Erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento e ampliar o acesso dos alunos com deficiência aos ensinos regular e especial são alguns dos objetivos. Para isso, plano destina 10% do PIB à educação

# Novo PNE garante mais vagas e ensino especial

O PLANO NACIONAL de Educação (PNE) aprovado pelo Senado antontem para o período de 2011 a 2020 é o substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) apresentado em Plenário. Ele retoma a proposta original do governo (PLC 103/2012) com poucas alterações.

— Esta foi uma obra de várias mãos, de várias cabeças, da qual todos os partidos participaram, acima de questões ideológicas. Creio que alcançou-se

um consenso que assegurará a aprovação e apontará um caminho — afirmou o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM).

Os objetivos, entre outros, são erradicar o analfabetismo e universalizar o atendimento escolar, com a ampliação do acesso dos alunos com deficiência à educação básica e ao ensino especial, preferencialmente em escolas regulares.

O plano prevê a destinação de 10% do produto interno

bruto para a educação e a qualificação dos profissionais da área.

O substitutivo de Vital assegura a compatibilização de programas de expansão da educação profissional e superior; de bolsas de estudos no Brasil e no exterior; de subsídios ao financiamento estudantil; e do financiamento de creches e pré-escolas e de educação especial. O projeto agora voltará à Câmara.



Braga (D) apresenta relatório a substitutivo de Vital (E): "Plano para o Brasil, acima de questões partidárias e ideológicas"

## Cumprimento das metas: entes federados devem informar

Para verificar o cumprimento das metas estabelecidas no PNE, o substitutivo estabelece como parâmetro os balanços e contas do setor público, determinando que cada ente federado organize as informações.

O PNE assegura aos jovens de 4 a 17 anos vagas nas escolas regulares, assegurando também o acesso ao ensino especial para crianças com deficiência, com os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

## Objetivos: alfabetizar aos 6 anos e oferecer educação integral

A Meta 5 define que, a partir do sexto ano de vigência do plano, a alfabetização comece aos 7 anos, e a partir do décimo ano, aos 6.

Foi mantida a educação em tempo integral, com a permanência dos estudantes por sete horas nas escolas, acompanhamento pedagógico, oferta de novos conteúdos e direito à alimentação.

O plano também prevê a compatibilização da jornada escolar com a realização de atividades recreativas, esportivas e culturais.

## Professores: formação inicial garantida pela LDB

O projeto assegura aos professores formação inicial prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou seja, habilitação em nível médio ou superior para lecionar na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio. Para outros profissionais, é exigido diploma em Pedagogia, Administração, Planejamento, Supervisão, Inspeção e Orientação Educacional.

O plano sugere também novas estratégias para estimular a oferta de formação inicial de professores em cursos diurnos.

## Financiamento: 10% do PIB para a educação por 10 anos

O PNE prevê a destinação, por dez anos, de pelo menos 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação.

Os recursos públicos serão destinados também ao financiamento de bolsas de estudo para estudantes em instituições privadas.

Ficam asseguradas, portanto, iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

## Qualidade: escolas terão incentivos para melhorar no Ideb

O PNE traz também estratégias para estimular as escolas a melhorarem o desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Custo Aluno-Qualidade (CAQ) foi definido como indicador prioritário para o financiamento da educação básica, em todas as etapas. O plano propõe ainda a criação do conceito de Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) como primeira etapa para implantação do CAQ no oitavo ano de vigência do PNE.

## Produção científica: foco é estar entre os 10 maiores do mundo

Uma nova meta, a 21, foi incluída com o objetivo de ampliar a produção científica brasileira, assunto que não foi tratado em nenhuma das versões anteriores da proposta de PNE.

A meta é desenvolver o setor de tal forma que o Brasil possa integrar o grupo dos dez países que mais produzem novos conhecimentos do mundo. A proposta dá ênfase à pesquisa, desenvolvimento e estímulo à inovação, com a meta de formação de quatro doutores para cada mil habitantes.



Presidente do TSE recebe parlamentares da bancada feminina do Congresso

## Tribunal realizará campanha sobre mulheres na política

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio, garantiu a realização, no próximo ano, de uma ampla campanha institucional nas rádios e TVs por maior participação da mulher na política.

— Vocês têm meu apoio irrestrito — disse o ministro em reunião na sede do STF com parlamentares da bancada feminina do Congresso.

Para Marco Aurélio, o pleito é legítimo e fundamental à construção de uma democracia mais justa e igual entre homens e mulheres.

A campanha está legitimada na Lei 12.891/2013 (minirreforma eleitoral). Autora da emenda que se refere à campanha institucional a ser realizada nos anos eleitorais pelo TSE, em rádio e televisão,

para promover a igualdade de gênero e maior participação feminina, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que "a situação do país é vergonhosa": o Brasil ocupa a 156ª posição, entre 188 países, no ranking de participação feminina no parlamento.

Como 2014 é ano de eleição, a campanha será preparada para o primeiro semestre.

— As propagandas institucionais do TSE têm muita credibilidade junto à população. Temos certeza que estamos dando um grande avanço — disse Ana Amélia (PP-RS).

O presidente do TSE se comprometeu a discutir com os partidos o respeito à Lei 9.504/1997, que destina 5% do Fundo Partidário à qualificação das mulheres nas siglas, e 10% do tempo em TV.

## Adesão do Senado ao Programa Pró-Equidade é regulamentada

A Comissão Diretora do Senado aprovou ato que regulamenta a adesão da Casa ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do governo federal. Com isso, a partir do ano que vem, serão implantadas ações para conscientizar os servidores do Senado da necessidade de enfrentar os obstáculos à igualdade entre mulheres e homens e entre as pessoas de todas as raças.

A procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), explicou que uma das primeiras

medidas do programa na Casa será uma pesquisa para medir a percepção dos servidores sobre a capacidade da mulher e como ela é vista como profissional. Estão previstos ainda o levantamento da presença das mulheres em funções de direção no Senado e a dispensa do controle da jornada para mães em período de amamentação.

O Programa Pró-Equidade, iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, está na quinta edição.

## Comissão aprova proposta que oficializa o Hino à Negritude

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto que oficializa em todo o território nacional o Hino à Negritude, de autoria do professor Eduardo de Oliveira.

O PLC 300/2009 segue para a análise terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O autor, deputado Vicentinho (PT-SP), disse que desde 1966 se tenta, sem êxito, institucionalizar um



Eduardo de Oliveira/Agência Senado

hino à negritude. Ele afirmou que o projeto reconhece a trajetória do negro na formação da sociedade brasileira e a inexistência de símbolos que

registrem o sentimento de fraternidade entre as etnias.

Para o relator na CCJ, Paulo Paim (PT-RS, foto), a iniciativa é importante para reafirmar os valores de respeito à diversidade étnica. O senador também destacou a qualidade poética do hino.

# Senador João Ribeiro morre aos 59 anos, após luta contra doença rara

Portador de enfermidade grave e tendo feito dois transplantes de medula, o parlamentar não resistiu à última das várias hospitalizações

MORREU ONTEM, EM São Paulo, o senador João Ribeiro, do PR do Tocantins. De acordo com boletim médico divulgado à tarde pelo Hospital Sírio-Libanês, a causa da morte foi um acidente vascular cerebral.

O parlamentar faleceu ao meio-dia de ontem e o velório seria realizado no Palácio Araguaia, sede do governo do estado do Tocantins, em Palmas. O horário do velório dependia do traslado do corpo de São Paulo para a capital tocantinense. O sepultamento será hoje, no cemitério Jardim das Acácias, também em Palmas.

## Homenagem

Senadores e deputados fizeram um minuto de silêncio pela morte do senador durante a sessão de ontem do Congresso Nacional, solicitado pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA).

— Perdemos um companheiro do Senado. O povo do Tocantins perde uma de suas lideranças. Fica aqui nossa palavra de consolo à sua família — disse Pinheiro.

João Ribeiro tinha 59 anos e estava internado desde o dia



Em 2011, João Ribeiro comemorou no Plenário o aniversário de Tocantins

16 de novembro no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, depois de sofrer complicações pulmonares em consequência de um transplante de medula óssea.

## Carreira

Filho de uma funcionária pública e de um pedreiro, o goiano João Batista de Jesus Ribeiro, nascido em 1954, na cidade de Campo Alegre de Goiás, estava no segundo mandato consecutivo de senador, que terminaria em janeiro de 2019.

Começou na vida pública em 1982, quando foi eleito vereador pelo PDS de Araguaína,

quando a cidade, hoje tocantinense, ainda fazia parte de Goiás. Quatro anos depois, já no PFL, foi o deputado estadual mais bem votado em Goiás. Destacou-se na defesa dos garimpeiros, em um período em que o Brasil vivia o auge de Serra Pelada. Ainda naquele mandato, João Ribeiro se empenhou pela criação do estado do Tocantins. O senador considerava a vitória nessa luta como o principal marco de sua carreira política.

Foi prefeito de Araguaína entre 1989 e 1993 e deputado federal no ano seguinte. Foi reeleito em 1998 e, nesses dois mandatos, priorizou a busca

de recursos para o Tocantins.

Como deputado, licenciou-se duas vezes: foi secretário de Turismo Ecológico e secretário de Governo nas gestões de Siqueira Campos, que atualmente governa Tocantins pela quarta vez.

## Senado

A atuação no Senado foi marcada pelo municipalismo. O parlamentar agiu com empenho pela construção da Ferrovia Norte-Sul e das hidrelétricas dos Rios Araguaia e Tocantins e para levar saneamento básico, esportes, estradas e turismo para as cidades do estado.

João Ribeiro era casado com Cinthia Alves Caetano Ribeiro e deixou sete filhos.

## Doença

O senador foi diagnosticado em maio de 2012 com a síndrome mielodisplásica hiperfibrótica (SMD), doença rara que exigiu um transplante de medula, repetido em junho deste ano. Hospitalizado novamente em novembro, não resistiu ao delicado tratamento a que era submetido desde o ano passado.

## Presidente do Senado lamenta o falecimento do parlamentar do Tocantins

O presidente do Senado, Renan Calheiros, leu em Plenário nota de pesar pelo falecimento do senador João Ribeiro:

“Lastimamos profundamente não poder mais contar, a partir de agora, com a companhia do bravo senador nos trabalhos legislativos do Congresso Nacional. Ao longo de muitos anos aprendemos a respeitá-lo e admirá-lo. Foi notável o seu trabalho, ainda como deputado estadual, em defesa do estado do Tocantins. Sua trajetória política — de vereador na cidade de Araguaína até os dois mandatos no Senado Federal — é exemplo de determinação que enche de orgulho o Parlamento de nosso país.

Ao povo tocantinense e aos familiares fica nossa mensagem de consolo e de pesar.”

## Líder do governo presta condolências aos familiares e amigos

Também o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), lamentou ontem a morte de João Ribeiro. Em nota, Braga prestou solidariedade.

“O Brasil perdeu hoje um grande homem, um exemplo de parlamentar sério e competente. Nosso querido senador João Ribeiro, após dura luta contra o câncer, nos deixou nesta quarta-feira. João deixou seu nome na história da política brasileira quando lutou bravamente pela criação do estado do Tocantins. Ao longo de sua passagem pelo Senado, João defendeu as reformas política e tributária com a mesma vontade e força com que defendeu os interesses do Tocantins. Deixo minhas sinceras condolências para seus familiares e amigos. Que Deus o tenha.”

## Nascimento: “Exemplo de homem público foi o maior legado deixado para o PR”

O presidente do PR, Alfredo Nascimento (AM), divulgou ontem uma nota oficial comunicando o falecimento de João Ribeiro e afirmando que “o exemplo de homem público é o maior legado que João Ribeiro deixou para o Partido da República”.

Segundo o senador, “a integridade e o companheirismo sempre foram suas características mais marcantes e exemplo para todos os que com ele conviveram”.

A nota diz ainda que Ribeiro foi um político de história inquestionável, que agiu ao longo da carreira com muita responsabilidade e comprometimento.

“Sem dúvida esse homem público honrado fará muita falta para a população do Tocantins e para a política brasileira”, diz Nascimento.

## Em depoimentos no Plenário, senadores homenageiam colega

Durante a sessão do Senado de ontem, vários parlamentares se solidarizaram com a família do representante do Tocantins, ressaltando a atuação dele no Parlamento e a luta pelo estado do Tocantins e, sobretudo, pela vida:

“Era um grande líder e, sem dúvida, deixa uma lacuna muito grande não apenas para o Senado, mas também para o Congresso e o estado do Tocantins. Com certeza fará muita falta entre nós.”  
— **Valdir Raupp** (PMDB-RO)

“Foi um lutador pela vida e um grande exemplo a todos nós.”  
— **Magno Malta** (PR-ES)

“Quando recuperou um pouco da força física, veio aqui nesta tribuna agradecer o carinho, o apoio de todos nós. Lamentavelmente Deus o recolheu.”  
— **Jorge Viana** (PT-AC)

“João Ribeiro deixa para nós a lembrança do convívio, deixa um ótimo legado para seu povo do Tocantins.”  
— **Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)

“Quando eu lá estava, ele ia àquele Departamento de Infraestrutura [Dnit] para reivindicar coisas para o seu estado. Era um homem dotado realmente de um espírito republicano e representava com muita dignidade o povo do seu estado, o povo do Tocantins. Este homem prestou um grande serviço à nação brasileira.”  
— **Oswaldo Sobrinho** (PTB-MT)

Também lamentaram a morte do senador João Ribeiro os senadores Gim (PTB-DF), Ivo Cassol (PP-RO), Anibal Diniz (PT-AC), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Paulo Paim (PT-RS) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão de Constituição e Justiça acatou substitutivo que aprimora a Lei 10.973/2004, abandonando a ideia de criar código novo

# Aprovada atualização das regras para ciência, tecnologia e inovação

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça aprovou ontem substitutivo do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ao projeto de novo marco legal para a ciência, a tecnologia e a inovação (PLS 619/2011). A proposta busca criar ambientes cooperativos e de geração de produtos inovadores entre empresas e institutos de pesquisa, públicos e privados.

O texto inicial, de Eduardo Braga (PMDB-AM), foi baseado em proposta do grupo de trabalho formado pelo Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação, pelo Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e outras entidades da área, que visava criar o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A mesma sugestão foi enviada à Câmara dos Deputados, onde é analisada por comissão especial. No entanto, como Luiz Henrique avaliou que artigos do projeto reproduzem leis já vigentes, enquanto outros apresentam vícios de inconstitucionalidade, ele resolveu aproveitar



Mozarildo, Inácio, Luiz Henrique, Requião, Benedito, Taques e Cyro durante a última reunião da CCJ em 2013, ontem

algumas inovações do texto para atualizar e aprimorar a Lei 10.973, de 2004, que dispõe sobre o assunto.

O substitutivo estimula a criação de incubadoras de empresas e os parques tecnológicos, relacionados como instituições responsáveis pela construção de alianças estratégicas e pelo desenvolvimento de projetos de cooperação.

— Os ambientes de interação e troca de conhecimento propiciados pelas incubadoras e pelos parques tecnológicos são importantes —

argumentou o relator.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que a proposta “vale um mandato” porque deslinda o cipoal legislativo sobre tecnologia e inovação, um dos grandes entraves ao desenvolvimento do país nessa área. Ele destacou que a aprovação da proposta é um passo muito importante para a Meta 21 do Plano Nacional de Educação, aprovado anteontem pelo Senado, de ampliação do estímulo à produção científica e à inovação.

— Tenho certeza de que a aprovação desse substitutivo é uma demonstração de que há uma vontade política decisiva em relação à Meta 21 — disse.

Entre as principais novidades da proposta, estão regras especiais que simplificam as licitações para a realização de projetos de pesquisa. Pelo texto, bens e serviços essenciais aos projetos de pesquisa poderão ser adquiridos por cotação eletrônica.

O substitutivo ao PLS 619/2011 segue para Comissão de Assuntos Econômicos.

## Consumidor de energia pode ganhar conselho

Representantes dos consumidores, da área de regulação e de fornecedoras de energia elétrica se reuniram ontem para debater a criação do Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Conacon). Entre os pontos que geram mais discussão, estão a forma de escolha e a remuneração aos conselheiros.

O projeto que prevê a criação do conselho (PLS 105/2010) está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator era João Vicente Claudino (PTB-PI), que, em 2011 apresentou substitutivo com base em sugestões do Conselho de Consumidores da Enersul, de Mato Grosso do Sul. O texto não chegou a ser votado e o atual relator, Armando Monteiro (PTB-PE), solicitou a audiência para ouvir sugestões ao projeto.

O Conacon deverá atuar na defesa dos usuários de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e estabelecer canais de interlocução com consumidores de todas as classes de consumo atendidas pelas concessionárias de distribuição. Com sede em Brasília, será composto por um conselheiro-presidente e cinco conselheiros, representantes das cinco principais classes de



Rosimeire Costa (D) fala durante audiência da CAE, presidida por Armando (C)

consumidores: residenciais, industriais, comerciais, rurais e de iluminação pública, com mandato de quatro anos.

Um dos pontos suscitados pela secretária-geral do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (Conacen), Rosimeire Costa, é a forma de escolha dos conselheiros. O texto original prevê que eles serão designados pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado. O substitutivo, porém, prevê a eleição em assembleia geral, com participação dos conselhos de consumidores de todas as distribuidoras.

— A indicação faz com que se perca a legitimidade dos conselheiros — afirmou.

A secretária também criticou a possibilidade de remuneração dos conselheiros, prevista no projeto original, que, para

ela, vai contra o princípio da participação social. Ela lembrou que, atualmente, os representantes dos consumidores trabalham sem remuneração.

— Esse conselho não pode ser uma espécie de cabide de empregos — concordou o vice-presidente da Comissão de Energia do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Daniel Maciel.

### Financiamento

Outro ponto que merece aperfeiçoamento, segundo Rosimeire, é a forma de financiamento do conselho. Ela é contra a previsão de que as receitas do fundo criado pelo projeto venham, em parte, das multas aplicadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nas empresas.

— Esperar que a empresa erre para que se tenha recursos

para a defesa do consumidor não é possível — ponderou.

Para o superintendente da Aneel Alex Sandro Feil, o projeto foi apresentado em um momento em que os conselhos tinham muita dificuldade de operar, mas essa realidade começou a mudar em 2011, com resolução que atrelou à tarifa de energia os recursos dos conselhos. Isso, segundo Feil, impediu que as empresas deixassem de liberar recursos aos colegiados.

Na opinião de Feil, a resolução já contempla grande parte do que está previsto no substitutivo. Para ele, a manutenção do tema na esfera infralegal, ou seja, na resolução, permite maior liberdade para ajustes.

O diretor de Assuntos Institucionais da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Daniel Mendonça, citou pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) que aponta o fornecimento de energia elétrica com a segunda melhor avaliação pelos consumidores entre os serviços públicos, atrás apenas dos Correios. Mendonça disse considerar a ideia da criação de um conselho positiva.

Armando Monteiro se declarou satisfeito com as informações obtidas na audiência.

## Luiz Henrique: agricultura cresce sem desmatar

A agricultura brasileira não precisa desmatar para continuar crescendo, afirmou ontem o senador Luiz Henrique (PMDB-SC). Uma prova disso, disse o parlamentar, é que a área plantada para a produção de grãos cresceu 37%, e a produtividade, mais de 176%.

Luiz Henrique disse que o agronegócio é responsável por mais de 22% do produto interno bruto (PIB) e representa um volume de exportações acima de 40% do total das vendas brasileiras para o exterior.

— Quando relatamos o Código Florestal, havia se instalado no país um falso conflito entre produção agrícola e preservação. Eu disse várias vezes que a agricultura e o meio ambiente são como irmãos siameses, ligados intrinsecamente, interdependentes — acrescentou.

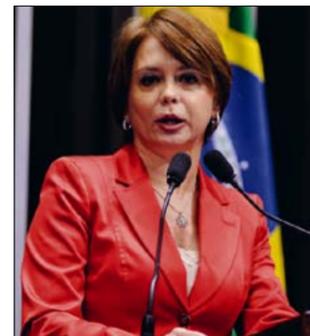
Para o senador, o verdadeiro agricultor, principalmente o pequeno, sempre foi um grande preservador. A Embrapa, na avaliação de Luiz Henrique, também ajuda no processo, como “forte braço tecnológico a garantir o crescimento fantástico”.

## Ângela Portela faz balanço positivo da atuação em 2013

Ao fazer um balanço de 2013, Ângela Portela (PT-RR) voltou a defender a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 111/2011, que inclui no quadro da União os servidores que trabalharam no Amapá e em Roraima de outubro de 1988 a outubro de 1993, durante a transição da condição de territórios para estados.

A senadora também falou das ações mais importantes dela, como o parecer que prevê medidas de segurança para evitar incêndios e acidentes em bares, boates e restaurantes e o que determina urgência para projetos de lei de iniciativa popular.

— Também propus projetos de alcance nacional — informou.



Senadora faz um resumo do ano, citando propostas que apresentou

Segundo proposta aprovada na CDH, e que segue agora para a CCJ, os conteúdos dos cursos de capacitação devem ser definidos pelos conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente

Gerardo Magalhães/Agência Senado



CDH, presidida por Ana Rita, também aprovou requerimento de Capiberibe para discutir, em audiência, relatório sobre a morte de JK

## Conselheiro tutelar precisará ser capacitado

NA ÚLTIMA REUNIÃO deliberativa do ano, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou parecer favorável ao PLC 173/2009, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que cria capacitação obrigatória para os integrantes dos conselhos tutelares.

O autor enfatiza a necessidade da capacitação para o desempenho da função, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) estabelece apenas três requisitos para integrar o conselho: reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos e residência no município.

Pelo projeto, os conteúdos dos cursos devem ser definidos pelos conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ), destacou a relevância da função de conselheiro tutelar, mas optou por alterar a redação da proposta, que segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Durante a reunião, a presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), comentou a aprovação pelo Plenário do requerimento para que o PLC 122/2006, que criminaliza a homofobia, tramite em conjunto com a proposta do novo Código Penal (PLS 236/2012) e afirmou que muitas inverdades foram ditas acerca do projeto. Uma delas, a de que o conteúdo atenta contra a liberdade religiosa.

A senadora informou ainda que entraria em contato com o relator do novo Código Penal, Pedro Taques (PDT-MT), para assegurar a inclusão no projeto de partes essenciais do PLS 122.

### JK

A CDH aprovou também requerimento de audiência pública da Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade para a apresentação de relatório sobre a morte de Juscelino Kubitschek, a ser feita pelo vereador Natalini (PV), presidente da Comissão da

Verdade da Câmara Municipal de São Paulo.

Os autores do requerimento, João Capiberibe (PSB-AP) e Paulo Paim (PT-RS), afirmaram que o relatório reúne documentos que comprovam que o ex-presidente foi assassinado durante viagem de carro na Rodovia Presidente Dutra, e não morto em um acidente, como registra a história oficial.

### Desaparecidos

Ana Rita informou ainda que a comissão fará audiência pública em fevereiro para tratar dos desaparecidos da democracia. Casos como o do pedreiro Amarildo, desaparecido no Rio de Janeiro, e o do auxiliar de serviços gerais Antônio Araújo, visto pela última vez em uma operação policial em maio, em Brasília, serão debatidos.

— Continuaremos acompanhando [o caso de Antônio Araújo] para que os responsáveis sejam identificados e devidamente punidos — afirmou.

## Aloysio Nunes será reconduzido à liderança do PSDB em 2014

A recondução do senador Aloysio Nunes Ferreira (SP) à liderança do PSDB em 2014 foi comunicada na terça-feira ao Plenário por Alvaro Dias (PSDB-PR).

— Honrando a atuação brilhante que exerceu durante esse período, durante este ano, a bancada o reconduz por mais um ano — disse Alvaro.

Outros senadores do PSDB elogiaram o líder. Para Flexa Ribeiro (PA), o senador é um dos melhores e, segundo Cyro Miranda (GO), ele conduziu tudo com seriedade e transparência. Para Cícero Lucena (PB), o líder tem postura correta e equilibrada. Ruben Figueiró (MS) disse que Aloysio Nunes conquistou a liderança com competência. Lúcia Vânia (GO) lembrou a coragem do senador de se posicionar claramente, mesmo em temas polêmicos. Para Paulo Bauer (SC), a recondução mostra a unidade do partido, e Aécio Neves (MG) exaltou a experiência, sabedoria e grandeza de Aloysio.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a Casa recebia com satisfação a recondução, enquanto Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que o Senado saiu ganhando. José Agripino (DEM-RN) lembrou a coragem de Aloysio na defesa de pontos de vista. Já Vital do Rêgo (PMDB-PB) relatou ter herdado do pai a admiração pelo senador.

Waldemir Moka (PMDB-MS) destacou a capacidade

de argumentar do senador e Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que sempre aprendeu com Aloysio. Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou os quase 50 anos de amizade com o senador, enquanto Ana Amélia (PP-RS) ressaltou a sabedoria e experiência. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) elogiou a franqueza e sinceridade do líder tucano, cuja convivência, para Eunício Oliveira (PMDB-CE), é gratificante. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que Aloysio honra o Senado e Pedro Simon (PMDB-RS) destacou sua capacidade de conciliação. Eduardo Lopes (PRB-RJ) e Paulo Davim



Moreira Matiz/Agência Senado

(PV-RN) manifestaram respeito e admiração pelo senador, ao passo que, para João Capiberibe (PSB-AP), ele é um dos “que conseguem balançar as posições de alguns senadores”.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou o caráter do líder. Blairo Maggi (PR-MT) e Lobão Filho (PMDB-MA) elogiaram a escolha.

Senadores do PT também elogiaram o conhecimento e o caráter conciliador de Aloysio Nunes, como José Pimentel (CE), Eduardo Suplicy (SP), Paulo Paim (RS) e Jorge Viana (AC).

Aloysio, por sua vez, agradeceu aos colegas.

— Aqui aprendo cotidianamente com todos os meus colegas, cada um vendo um problema, uma questão, um desafio a partir de uma visão particular — disse o líder do PSDB.

### Tribunal do Trabalho de Aracaju pode ter 15 novos cargos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a criação de 15 cargos efetivos para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 20ª Região, com sede em Aracaju. A proposta segue para o Plenário.

De autoria do Tribunal Superior do Trabalho, o projeto (PLC 108/2013) cria sete cargos de analista e oito de técnico para a área de tecnologia da informação.

O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), afirmou que os profissionais atenderão às novas exigências trazidas pelo aumento da demanda e pela necessidade de informatizar os serviços.

### Proposta institui residência em Defensoria Pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que institui a residência para advogados — na forma de curso de pós-graduação, com treinamento em serviço, ministrado pelas Defensorias Públicas da União, do Distrito Federal e dos estados, em convênio com faculdades. O relator foi Paulo Paim (PT-RS).

Para o autor, Gim (PTB-DF), o PLS 136/2013 concilia a preparação profissional dos advogados com o atendimento à população de baixa renda.



Moreira Matiz/Agência Senado

### Sobrinho destaca valores de liberdade e justiça da Maçonaria

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) homenageou, em discurso, a Maçonaria e destacou a importância da entidade em defesa da liberdade e da justiça. Sobrinho lembrou a atuação de lojas maçônicas em episódios como a Inconfidência Mineira, a Independência do Brasil e a Abolição da Escravatura.

Para o senador, o papel da Maçonaria e das religiões complementares dos governos, diante da impossibilidade de o Estado proporcionar a inclusão a todos.



Moreira Matiz/Agência Senado

### Sérgio Souza aponta avanços nos vetos e no voto aberto

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que o Congresso resolveu este ano um problema que emperrava o processo legislativo: a apreciação dos vetos presidenciais, que passaram a ser analisados em 30 dias. O senador registrou que, como relator, tinha a intenção de abrir todas as votações do Parlamento.

— Entretanto, reconheço como grande avanço na democracia o passo que já demos: o voto aberto para a cassação de parlamentares e apreciação de vetos.



Alessandro Dantas/Agência Senado

### Figueiró ressalta projetos que ouviram o “clamor das ruas”

Ao fazer o balanço da atividade parlamentar neste ano, Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que acompanhou ativamente debates e votações de temas importantes, “muitos com o objetivo de responder ao clamor das ruas”, como o projeto que transformou corrupção em crime hediondo, o que instituiu o voto aberto no Legislativo e a proposta que amplia os efeitos da Lei da Ficha Limpa para o funcionalismo público. A proteção ao trabalho doméstico foi outro avanço destacado pelo senador.



Alessandro Dantas/Agência Senado

### Paulo Paim defende solução negociada para fundo Aerus

Uma solução negociada para o Aerus, fundo de previdência dos funcionários da Varig, foi defendida por Paulo Paim (PT-RS).

O senador relatou que ontem, durante sessão do Congresso, foi entregue à presidente Dilma Rousseff a carta de um aposentado do Aerus que ameaça se suicidar, caso não seja corrigido, pelo governo, o valor das aposentadorias e pensões pagas pelo fundo.

De acordo com o senador, a presidente sinalizou a possibilidade de celebração de acordo.

— Eu sou daqueles que insiste muito na busca de um acordo — disse Paim.